

CASCAIS E AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS DA REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974

TEMÁTICA

A revolução de 25 de abril em Cascais (1974)

UNIDADE CURRICULAR

Factos e momentos decisivos para a história de Cascais e/ou Portugal

INTRODUÇÃO

Duas das reuniões preparatórias organizadas pelos Capitães de Abril tiveram lugar no concelho de Cascais, mais concretamente em S. Pedro do Estoril, a 24 de novembro de 1973, e em Cascais, a 5 de março do ano seguinte. Alguns dos militares afetos ao movimento residiam no concelho, facto que terá influenciado a localização destes encontros, colocando Cascais no mapa dos acontecimentos que conduziram à revolução.

DESCRIÇÃO

A Guerra Colonial portuguesa foi um conflito que opôs, entre 1961 e 1974, as Forças Armadas portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das então «províncias ultramarinas» de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. À medida que a guerra evoluía tornou-se necessário aumentar significativamente a mobilização de militares, que em 1970 atingiria o seu limite crítico, ao mesmo tempo que o Governo implementava medidas políticas que tinham por objetivo erradicar os seus opositores. Ao longo de 13 anos, os seus efeitos foram devastadores para a economia e para a sociedade portuguesas, vindo a revelar-se decisivos, a médio prazo, para a queda do regime.

A 3 de agosto de 1968, António Salazar, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, caiu ao tentar sentar-se numa cadeira da sua residência de verão, no Forte de Santo António do Estoril. Este acontecimento determinaria o seu afastamento do Governo e substituição por Marcelo Caetano, que desejava manter o esforço de guerra e, conseqüentemente, a preservação do império português. No entanto, era necessário continuar a granjear o apoio dos militares à política colonial, fator que motivaria a organização do I Congresso dos Combatentes, no Porto, entre 1 e 3 de junho de 1973. Todavia, aquele que poderia ter sido um encontro que reforçaria a suposta unidade do Exército acabou por trazer resultados inesperados. Cerca de 400 oficiais profissionais, que integravam o chamado Quadro Permanente, formaram um movimento de contestação que visava denunciar os objetivos do Congresso e a eternização do conflito ultramarino, naquele que foi considerado o primeiro ato coletivo de indisciplina no seio do Quadro Permanente e de rutura com o rumo que a política colonial estava a tomar.



O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, no Forte de Santo António da Barra, em S. João do Estoril, 1960
Veja a [imagem](#) no Flickr.

No mesmo ano, procurando colmatar a carência de oficiais no Exército, o Executivo fez publicar o Decreto-lei n.º 353/73, que permitia aos oficiais contratados pelo Exército aceder ao Quadro Permanente, bastando, para tal, que frequentassem um curso intensivo na Academia Militar. No entanto, esta medida veio atrasar a promoção hierárquica dos oficiais profissionais e gerar uma discrepância salarial, criando mais um foco de insatisfação, que nem a publicação do Decreto-Lei n.º 409/73¹ conseguiu sanar. A exaustão, a desmotivação e o sentimento de injustiça levariam alguns destes oficiais a ambicionar uma mudança política profunda, sendo, para tal, preciso debater o estado da Nação e encontrar formas de ultrapassar o impasse político em que o país se encontrava. Foi neste contexto que se convocou, a 9 de setembro de 1973, numa quinta em Monte Sobral (Alcáçovas), a primeira reunião dos contestatários, onde se aprovou uma exposição a ser subscrita pelos presentes. Este é considerado o ato fundador do Movimento dos Capitães, que rapidamente estenderia as suas ligações a Angola e Moçambique, onde a adesão foi muito significativa, chegando mesmo a ser palco de alguns episódios decisivos para o sucesso do golpe militar de 25 de abril.

¹ O Decreto-lei 409/73 veio alterar dois artigos do Decreto-Lei 353/73. Ficavam isentos do regime legal os oficiais superiores, mas não os capitães e subalternos.

Em reunião de 7 de outubro ficou estruturada a orgânica interna do Movimento, dotado de Comissão Coordenadora, Comissão Consultiva, Comissão de Ligação e Comissão Ultramarina. Apesar da determinação e dos vários documentos que iam sendo lavrados para uniformizar procedimentos e promover as reivindicações, as reuniões eram ainda embrionárias. Tornava-se necessário alargar os contactos, de forma a alcançar oficiais superiores, para atrair os generais; por outro lado urgia otimizar a cadeia de comunicação, sobretudo no sentido descendente e junto dos membros destacados nas unidades do interior do país e nas colónias.

S. Pedro do Estoril, 24 de novembro de 1973

Uma das reuniões mais importantes do Movimento teria lugar em novembro de 1973 na propriedade denominada *Cerca de S. Pedro*, em S. Pedro do Estoril. Ao contrário do que se pensa, não pertencia à Colónia Balnear Infantil de *O Século*, mas sim à família de Maria da Fonseca Ribeiro, lutadora antifascista que esteve presa em Caxias. A propriedade, comprada pelo seu avô em 1943, serviu como casa de férias. No ano seguinte, o seu pai, o historiador e arqueólogo Leonel Ribeiro, participou no primeiro reconhecimento das grutas artificiais em S. Pedro do Estoril, vindo os achados pré-históricos aí encontrados a ser depositados no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Atualmente alguns estão em exibição no Museu da Vila, em Cascais.



Colónia Balnear Infantil de O Século, em S. Pedro do Estoril, c. 1960

Veja a [imagem](#) no Flickr

A família era conservadora e profundamente católica, conhecendo-se os seus antecedentes monárquicos e as ligações de amizade a figuras proeminentes do regime. No entanto, as alterações políticas que se fizeram sentir a partir do final da década de

1960 gerariam importantes cisões no seu seio. Maria da Fonseca Ribeiro esteve envolvida nos movimentos antifascistas e chegou mesmo a utilizar a casa para esconder propaganda, sendo presa e interrogada pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) na véspera da reunião de novembro. No entanto, foi o seu irmão mais velho, que estivera destacado em Angola entre 1968 e 1970, quem cedeu a casa para o encontro. Segundo o general Vasco Lourenço, esta também havia sido utilizada, em 1971, por um grupo de oficiais da Armada para o visionamento do filme *O couraçado de Potemkine*, à época proibido. A iniciativa partiu do comandante Pereira Bastos, um dos militares que integraram o Movimento dos Capitães.

Na obra *Alvorada de Abril* (1991), o comandante Otelo Saraiva de Carvalho referiu-se à reunião na seguinte passagem:

«Foi no sábado, 24 de novembro [de 1973], que se realizou no primeiro andar de um casarão nas traseiras da Colónia Balnear Infantil de *O Século*, em S. Pedro do Estoril, uma importantíssima reunião de todos os camaradas componentes das comissões Coordenadora e Consultiva, alargada, pela primeira vez, a tenentes-coronéis e a outras patentes mais elevadas, se fosse possível. Fora decidido tratar-se nela, além de um *ponto de situação*, dos mecanismos para a constituição e eleição de uma Comissão Coordenadora definitiva que fosse verdadeiramente representativa do Movimento».

Participaram neste encontro cerca de 45 oficiais oriundos das principais unidades do país, que dariam início a uma segunda fase do Movimento, marcadamente política e conspirativa. O derrube do regime através de um golpe militar foi equacionado e usou-se, pela primeira vez, a palavra «Revolução». O tenente-coronel Luís Banazol faz, então, uma intervenção polémica: «Não tenhamos ilusões: o Governo só sai a tiro e os únicos capazes de o fazer somos nós, mais ninguém!». A intervenção de Banazol serviria de mote para a ampla discussão que se prolongou até à noite, na qual se equacionariam três possibilidades de ação, que deveriam ser levadas à consideração das unidades representadas:

1. Conquista do poder e criação de uma Junta Militar que conduzisse à democratização;
2. Legitimação do Governo através de eleições livres fiscalizadas pelo Exército, seguida de referendo sobre o problema do Ultramar;
3. Utilização de reivindicações exclusivamente militares como forma de alcançar o prestígio das Forças Armadas e de pressão sobre o Governo, com vista à concretização da segunda hipótese.

Acerca desta reunião, Otelo Saraiva de Carvalho escreveu ainda: «Ela iria definir uma nova opção para o Movimento dos Capitães, permitiria alargar o seu âmbito e criaria no seu seio uma certa hierarquização e consequente distribuição de responsabilidades».

Noutra reunião, desta vez em Óbidos, a 1 de dezembro, o Movimento elegeria uma nova Comissão Coordenadora, ganhando consistência política e passando a nortear a sua atividade pela recuperação do prestígio de toda a instituição militar, em detrimento da carreira militar.



Placa de homenagem da Câmara Municipal de Cascais ao Movimento das Forças Armadas, em Cascais, 1999
Veja a [imagem](#) no Flickr

Cascais, 5 de março de 1974

No dia 5 de março, Marcelo Caetano discursou na Assembleia Nacional, pedindo novo apoio à sua política colonial. No mesmo dia teve lugar um mini-plenário do Movimento no ateliê do arquiteto Braula Reis, no n.º 45 da Rua Visconde da Luz, em Cascais, maioritariamente composto por oficiais do Exército. Pela primeira vez, a Força Aérea fez-se representar por alguns elementos e a Marinha enviou 3 observadores. No total, reuniram-se 197 militares, que ratificaram os nomes de Costa Gomes e de António de

Spínola para chefes do Movimento e aprovaram o primeiro manifesto político de efetiva relevância – *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* – onde se fixaram os princípios em que assentaria o Programa do Movimento das Forças Armadas, demonstrando claramente que a ação militar contra o regime se tornara irreversível. A reunião de Cascais viria a ser reconhecida como o último grande encontro, tão importante, significativo e decisivo como o de Alcáçovas.

O 25 de abril de 1974...

O movimento militar desencadeado a 25 de abril viria desferir o golpe final num sistema político em estado avançado de falência, demonstrando que a longa luta de resistência contra o regime e contra a Guerra Colonial tinha produzido os seus resultados. Estavam, assim, criadas as condições de transição para um regime democrático em Portugal e para a independência das colónias do antigo império português.

... e Cascais

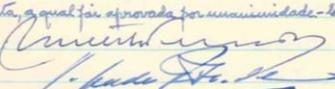
Dada a importância do Aeródromo de Tires, o Movimento das Forças Armadas traçou uma missão destinada a ocupar e defender esta infraestrutura, impedindo a aterragem e descolagem de aviões. No entanto, a apropriação não aconteceria no dia e hora planeados (madrugada de 25 de abril) devido a escutas telefónicas colocadas no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa (CIAAC), levando à sua consecução somente no dia seguinte. No dia 27 de abril as Forças Armadas retiraram a maior parte dos elementos do CIAAC e do Aeródromo, percorrendo em coluna a povoação de Tires, onde foram vivamente aplaudidos, comemorando, assim, a revolução em curso.

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Cascais
do dia 29 de Abril de 1974

Aos cinco e nove dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e setenta e quatro, nesta Vila de Cascais e Sala das Sessões dos Fregueses do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Cascais sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Engenheiro José Guedes Pinto de Azevedo, seu Presidente, que para o efeito convocou pessoalmente todos os seus membros no uso da competência que lhe confere o parágrafo único do artigo sessenta e sete do Código Administrativo, a fim de manifestar a sua posição perante o Movimento das Forças Armadas, estando presentes os Excelentíssimos Senhores Camaradas Júlio Rosa Vieira Lopes, vice-Presidente da Câmara, Victor Manuel Sequeira Rodrigues, António Benimiro de Almeida, Doutor Brimando Acácia de Illo, Estrela, Doutor Joaquim Marques Aragallães Ramalho e Alfredo Fariña, todos vereadores efectivos, e o vereador substituto, em exercício, Doutor Fernando Pedro Afonso Baldas, conego, Norberto Ferreira do Reis, Chefe da Secretaria. Depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas.

Deliberação

Movimento das Forças Armadas. - Tendo em uso da palavra o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Considerados a situação decorrente do Movimento das Forças Armadas, os objectivos eminentemente patrióticos da Junta de Salvação Nacional presidida por Sua Excelência o Senhor General António de Spínola, os interesses gerais da Nação e os do Bem Comum de todos os portugueses, e certo de interpretar os sentimentos dos Senhores Vereadores, tenho a honra de propor: - Que seja manifestado à Junta de Salvação Nacional na pessoa do seu Presidente, Senhor General António de Spínola, a certeza de uma leal colaboração de todos os membros da Câmara Municipal de Cascais no desempenho das funções que lhe estão confiadas." Posta em discussão a proposta do Senhor Presidente, nenhum dos Senhores Vereadores usou da palavra. Posta em seguida a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor Vereador Alfredo Fariña sugeriu que seja dado conhecimento desta deliberação e mais rapidamente possível a Sua Excelência o Senhor General António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional.

Aprovação da acta. - Por não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente propôs e a Câmara aprovou por unanimidade que a acta fosse aprovada em sessão no final desta reunião, nos termos do parágrafo primeiro do artigo trinta e cinco e quatro do Código Administrativo, suspendendo-se, para o efeito, os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. Reaberta a reunião, ordenou o Senhor Presidente que se procedesse à leitura da acta, em sessão, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião. - E eu,  , Chefe da Secretaria, a redigi e subscrevo.

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Cascais de 29 de abril de 1974
Veja a [imagem](#) no Flickr.

Homenagens em Cascais

A 22 julho de 1972 foi inaugurado, em Cascais, o Monumento em Memória dos Soldados Portugueses que morreram na Guerra Colonial. A 31 de março de 2016, a Câmara Municipal de Cascais e o Núcleo Oeiras/Cascais da Direção-Geral da Liga dos Combatentes viriam a prestar nova homenagem aos soldados do concelho que perderam a vida no conflito, com a colocação de placas com os seus nomes junto a este monumento. As homenagens ao Movimento das Forças Armadas também se concretizaram em 1999 através da colocação de placas evocativas nos locais onde se realizaram as reuniões preparatórias da revolução.



Monumento aos mortos da Guerra do Ultramar, no Jardim da Igreja de Nossa Senhora de Assunção, em Cascais
Veja a [imagem](#) no Flickr.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Identificar os principais acontecimentos que conduziram à criação do Movimento dos Capitães.

Compreender a importância das reuniões ocorridas no concelho de Cascais para a preparação do golpe militar de 25 de abril de 1974.

RECURSOS

Álbum [Cascais e as reuniões preparatórias da revolução de 25 de abril de 1974](#) de *Cascais em Imagens* (Flickr)

Rota da [Resistência e Liberdade](#) (ficheiro PDF)

Página do [Centro de Documentação 25 de Abril](#)

Página da [Direção-Geral da Liga dos Combatentes](#)

FICHAS DE EXPLORAÇÃO

1. Lê a ficha de conteúdo, descobre e assinala qual o significado das seguintes siglas:

PIDE Polícia Independente de Defesa do Estado
Povo Independente da Europa
Polícia Internacional de Defesa do Estado

MFA Militares e Forças Armadas
Movimento das Forças Armadas
Militantes das Forças Armadas

CIAAC Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa
Centro de Instrução e Aprendizagem de Artilharia e de Costa
Comissão de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa

2. Lê o texto e liga as localidades do concelho de Cascais aos edifícios onde se desenvolveram etapas importantes para a Revolução do 25 de Abril.

S. Pedro do Estoril	Ateliê Arquiteto Braula Reis
Cascais	Aeródromo
S. João do Estoril	Casarão nas traseiras da Colónia Balnear Infantil de <i>O Século</i>
Tires	Forte de Santo António do Estoril

PARA SABER MAIS

Adultos

CARVALHO, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa, cop. 1991. 2 v. (298; 389 p.)
Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

CASCAIS. Câmara Municipal - *Cascais e o 25 de Abril: itinerários do movimento dos capitães no concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal, 1999. 177, [2] p. ISBN 972-637-062-0

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

FIGUEIREDO, Maria Augusta da Fonseca Pires – *O 25 de Abril na literatura para crianças e jovens*. Lisboa: Universidade Aberta, 2006 [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível na internet: <URL: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/605>>

LOURENÇO, Vasco - *MFA: rosto do povo*. Lisboa: Portugália, [198-?]. 63 p.

REZOLA, Maria Inácia - *Os militares na revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. 2ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006. 534 p. ISBN 972-8610-50-5

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

Crianças

ANJO, Maria Isabel César; PEREIRA, Maria Isabel; PEDROSO, Alberto - *25 de Abril sempre*. Coruche: Câmara Municipal, 1994. 46 p.

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

CRUZ, Valdemar; CAETANO, João - *O soldado e o capitão os cravos e o povão*. 4ª ed. Porto: Campo das Letras, 1999. 26, [2] p. ISBN 972-610-094-1

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

CRUZEIRO, Maria Manuela; MONTEIRO, Augusto José - *25 de Abril: outras maneiras de contar a mesma história*. 1ª ed. Lisboa: Notícias, 2000. 171 p. ISBN 972-46-1120-5

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

FANHA, José - *Era uma vez o 25 de Abril*. [Lisboa]: Alfaguara, 2014. 84 p. ISBN 9789898775047

LETRIA, José Jorge - *Capitães de Abril*. 2ª ed. Porto: Ambar, 1999. 68 p. ISBN 972-43-0324-1

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

_O 25 de Abril contado às crianças... e aos outros. 4ª ed. Lisboa: Terramar, 2004. 39 p.
ISBN 972-710-228-X

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

LETRIA, José Jorge; LETRIA, André - *Era uma vez um cravo.* 1ª ed. Lisboa: Câmara Municipal. Divisão de Bibliotecas e Documentação, 1999. [80] p.

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais

SANTOS, Margarida Fonseca - *7x25: histórias da liberdade.* 2ª ed. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2008. 37 p. ISBN 978-989-557-523-7

Consulte [aqui](#) a disponibilidade da obra nas Bibliotecas Municipais de Cascais